

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

(13)

I ENCONTRO DE EXTENSÃO DA UnB

"A ARTICULAÇÃO ENSINO - PESQUISA - EXTENSÃO"

Expositor: RENATO HILÁRIO DOS REIS

Debatedores: ISOLDA ACCIOLI

ROBERTO MAURO GURGEL

MARIA LUIZA ANGELIM

JOAQUIM PINTO DE ANDRADE

Horário: 08:00 - 12:00

Local: Auditório Dois Candangos/UnB

Dia: 20/07/89

Colocar a temática: "articulação ensino, pesquisa, extensão" pressupõe levantar inicialmente algumas questões. Afinal, articular que ensino? que pesquisa? que extensão? em que universidade? servindo a que, a quem. A que interesses e em que contexto? À luz de práticas históricas anteriores e posteriores à lei 5540 que dissociam ensino, pesquisa e extensão? À luz da constituição de 1988, que confirma a indissociabilidade das chamadas 3 funções? Ou à luz de práticas emergentes no contexto de redemocratização do país e das próprias universidades, pós 1984, que intencionam postar a universidade organicamente vinculada aos interesses da maioria da população, contribuindo com um processo mais amplo de transformação da sociedade?

Creio que das respostas a estas indagações e dos pressupostos considerados, depende o rumo e a direção do situar a articulação ensino, pesquisa, extensão.

Vou começar como vejo a questão mais para alimentar o debate, do que para apresentar respostas a estas indagações ou conclusões definitivas sobre o assunto, mesmo porque estas não existem. São questões em aberto, na contemporaneidade do debate sobre a universidade pública no contexto de um país que vive um momento político-econômico - social delicado e às vésperas das próximas eleições para Presidente da Re-

pública, pós 28 anos de jejum político eleitoral.

Por isto mesmo, estarei balizando minhas colocações em cima da prática e do debate que as universidades públicas tem desenvolvido através do Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, referenciando ainda a experiência de extensão que se instituiu e está em andamento desde 1985, na UnB, já objeto do debate de ontem, dia 19.07.89. Creio que com suas peculiaridades e contradições, ela me permite colocar alguns pontos à reflexão e ao debate de meus debatedores e do público aqui presente.

Primeiramente, entendo que articulação ensino, pesquisa, extensão passa pela decisão ou re-decisão/redimensionamento político-filosófico-pedagógico-administrativa de determinada universidade em servir predominantemente aos interesses desta ou aquela classe, à classe dominante, ou setores dominantes ou à classe subalterna, às camadas populares, à população, enfim.

Digo, re-decisão ou redimensionamento político-filosófico, pois normalmente a universidade tende a trazer em seu bojo, uma organização e funcionamento histórico em que ensinar a fazer ciência se colocam predominantemente, de forma direta ou indireta, como fortalecedores, disseminadores da ideologia da classe dominante e acredito que a própria UnB, apesar de suas lutas, não foi exceção.

Daí, se falar em re-decisão ou redimensionamento político-filosófico, no sentido de desencadear uma ruptura ou inaugurar a construção processual de uma hegemonia e ideologia dentro da universidade, centrada nos interesses da população e isto, imbricado em uma luta mais ampla, contributiva à transformação da sociedade enquanto um TODO.

Neste contexto, o ensino, a formação de recursos humanos, a formação do aluno, ganha uma nova qualidade e exige uma nova competência, um novo professor. Pois, não vai se retringir mais ao repasse de informações, à visão tradicional de transmissão de conhecimento, mas, diz respeito a todo um processo de formação política, de aquisição de

uma consciência de cidadania, de desenvolvimento de uma competência profissional, imbricada ao desenvolvimento de uma competência política de exercício de cidadania e de competência do aluno em conviver consigo mesmo, com os outros e com a natureza, da qual faz parte. Aqui, o futuro profissional-cidadão vai desenvolver uma consciência coletiva, solidária e de compromisso histórico com a solução dos problemas vividos e enfrentados pela população.

Compromisso este, que poderá se manifestar no assessoramento aos movimentos e organizações populares, na participação nas lutas da população e desta com as lutas da universidade, num processo simultâneo, processual de reciprocidade e influência mútua ocorível e ocorrente no cotidiano da relação que vai se gestando entre a universidade (professores, alunos e funcionários) e a população. Nesta relação, o ato de ensinar e pesquisar não é mais monopólio, uma exclusividade do professor, do aluno, mas é solidariamente partilhado e politicamente assumido com a população, mantida a responsabilidade precípua da universidade no assunto.

Como decorrência, a população se auto fortalece em sua mobilização, organização, em sua competência reivindicatória, em sua capacidade de pressionar o Estado e a própria universidade, visando obter os direitos que lhe são inerentes e que cabe ao Estado prover. A ação não se restringe ao desenvolvimento da competência reivindicativa, pois, isto implicaria no risco de se cair no corporativismo exacerbado, que sem dúvida, poderia prejudicar uma luta mais profunda da transformação da sociedade. Daí, a indispensabilidade de no cotidiano se desenvolver uma competência participativa universidade/população, em que o acesso e o exercício a níveis de decisão sejam processualmente conquistados/executados pela população, e professores, alunos funcionários comprometidos com os interesses desta.

Nesta linha de raciocínio, a ação do professor, o próprio conceito de aula e sala de aula, que em sua dimensão tradicional tem sido um "locus" da transmissão de conhecimentos, uma prática acadêmi-

ca alienante, um espaço de repassagem teórico-abstrata, consubstanciado na ruptura teoria-prática, trabalho intelectual/trabalho manual, passa a ter uma nova dimensão.

E esta nova dimensão emerge à medida que a ação da extensão, articulando ensino e pesquisa, pressupõe a produção de conhecimentos e a formação de recursos humanos no confronto e como resposta aos desafios da realidade. Professores, alunos, funcionários e população são atores, sujeitos, no ato de aprender, ensinar, produzir conhecimentos e formar recursos humanos.

A aula e a sala de aula não se restringem mais, pois, ao espaço físico da dimensão tradicional, mas dizem respeito a todos os espaços dentro e fora da universidade, em que se realiza o ato pedagógico no contexto do processo histórico social e suas múltiplas determinações.

Além disso, deixa de ter caráter exclusivamente unidisciplinar, como exigência decorrencial da própria prática e se alicerça na relação teoria-prática, consciência/auto consciência, enfim, expressa uma práxis acadêmica.

Neste contexto, a pesquisa, a produção de conhecimentos, é menos uma produção unilateral da universidade e mais a resultante do confronto entre o saber de professores, alunos, funcionários e o saber historicamente acumulado pela população. Deixa de ter um caráter estritamente predador, depredador, explorador ou reificador da população. Ou seja, a pesquisa deixa de ser uma apropriação de informações pelo pesquisador/professor sobre a população, com o caráter exclusivo e determinante de crescer no status e prestígio acadêmico, ou forma de repassar dados ao dominante, para controle, manutenção e circulação de sua ideologia no dominado. E isto, muitas vezes, em nome de um saber pretenso e falaciosamente neutro e apolítico, que de neutro e apolítico nada tem, como demonstra o debate recente das ciências sociais.

Pesquisar a violência em Ceilândia, sem que isto signifique colocar alternativas de solução do problema ou sem que isto seja instrumental de luta da população, só vai ajudar o dominante no seu interesse de trabalhar uma imagem negativa da Ceilândia. Daí, a importância de uma pesquisa do Instituto de Comunicação, que quer trabalhar uma imagem de Ceilândia que os jornais não publicam.

O pesquisar deixa de ser ainda um trabalho, que reflete unicamente a subjetividade do professor/pesquisador, ou dos interesses ideológicos de classe que este veicula ou reproduz.

A pesquisa assim, vai expressar uma nova ótica político-sociológica, em que a população também concebe, decide, executa, acompanha e utiliza dos resultados, como instrumento de luta. Aqui vale citar o caso de projetos de pesquisa que hoje passam a ser elaborados com a população. Aqui cabe o exemplo do Projeto de Abastecimento D'Água do Pedregal, sob Coordenação do Departamento de Engenharia Civil e do Estudo da Erosão em Ceilândia do Departamento de Geografia, que tiveram e vem tendo a participação da população em sua concepção, e acompanhamento.

Assim como no ensino, a realidade social, os desafios e problemas enfrentados pela população, enfim, a prática passa a ser a referência, o paradigma, o oxigênio que vai permitir o salto de qualidade de um novo conhecimento, gestado, parturido do contexto de um acordo ou consórcio de interesses entre a universidade e a população.

Aqui também, a unidisciplinaridade vai perdendo sentido, vai-se revertendo como exigência da própria realidade e dando lugar à interdisciplinaridade.

O confronto com a realidade social, os problemas enfrentados a nível de população, vão desvelando a improcedência e insuficiência de uma ciência e de um saber fragmentado, dividido em feudos e territórios e compartimentado no trato da realidade. Ao mesmo tempo revela, a dimensão da totalidade do real, o sentido coletivo do

universo, a dimensão globalizante/globalizadora da dinâmica da realidade, sua complexidade e a exigência do reequipamento paradigmático/epistemológico da ciência, face aos desafios de contemporaneidade humana, da ecologia humana, do ser: sentindo, pensando e fazendo coletivamente.

Em uma universidade, como a UnB, em que cultural e ideologicamente é ainda predominante o ensinar e o pesquisar unic disciplinares, e em que o confronto oxigenante e o oxigenador com a população e sua realidade social ainda não é hegemônico, a extensão tem um papel tático-transitório extremamente importante, diria mesmo indispensável, à medida, que conforme prevê a resolução 22/88, do CEPE, ela funcione articulando o ensino e a pesquisa, viabilize a relação transformadora entre universidade e sociedade e abra espaço a uma relação universidade/população, de oxigenação recíproca, de intercâmbio, influência e modificação mútua, de desafios e complementaridade, orientada para o equacionamento e solução dos problemas da sociedade e da melhoria do ensino/pesquisa na Universidade.

A Extensão, assim entendida se constitui em uma alternativa extremamente significativa para o desenvolvimento de uma nova competência política da universidade, mais presente nas lutas da população, mas, tendo também, como companheira/participante solidária em suas lutas.

À luz destas considerações e a título de sugestões, apresento agora algumas iniciativas que podem ser utilizadas ou melhor utilizadas no avanço da extensão, articulando ensino e pesquisa:

1. A continuidade e intensificação da utilização dos estágios curriculares, das práticas de disciplina e de disciplinas, com conteúdos que pressuponham a relação direta aluno-professor - população, que tem se revelado altamente promissora na construção de cursos e cursos, em que a relação e o processo de construção teórico-prático seja o eixo de referência.
2. A articulação das várias instâncias decisórias da universidade é

outra necessidade inadiável, para viabilizar a concepção e operacionalização articuladas das políticas de ensino, pesquisa e pós-graduação, extensão e administração. A esta concepção-operacionalização articuladas, deve estar imbricada uma gestão coletiva dos princípios e resultados, como fator preponderante da afirmação de uma nova qualidade de universidade.

3. A mesma articulação se faz necessária entre os Departamentos, Faculdades, Institutos, Organizações e Movimentos Populares. Enfim entre o conjunto das instâncias político-pedagógicas-administrativas da universidade e a sociedade civil, como fator potencializador da contribuição transformadora da universidade à sociedade.

Viu-se pelas considerações feitas que, o que se pode ter na universidade, não é uma articulação ensino, pesquisa, extensão, mas, extensão articulando ensino e pesquisa, que pressupõe o exercício da autonomia universitária os seguintes aspectos:

- 1) um ato político da administração superior da universidade com respaldo na comunidade acadêmica, quanto à opção a que classe vai se servir predominantemente? Que interesses e valores serão trabalhados na universidade? No contexto do DF e seu entorno? no contexto nacional? E face as perspectivas do novo século que chega? No caso da UnB que vem construindo processualmente sua preponderância de opção pela população, seria o caso ou de continuar, visto que houve manifestação eleitoral recente e o próprio Congresso Universitário parece sinalizar nesta direção. Ou então, poder-se-ia abrir um grande debate na universidade, para deliberar sobre o assunto;
- 2) Decidido a que interesses servir, que valores cultivar, a universidade, através de sua administração superior encaminha de forma articulante e articulada a elaboração e posteriormente a gestão coletiva e articulada das políticas de ensino, pesquisa e pós-graduação, extensão e administração, com as naturais decorrências nos currículos, planos de cursos, disciplinas, estágios curriculares,

- práticas de disciplinas, módulos livres, distribuição de recursos humanos (incluindo a carga horária), materiais e financeiros;
- 3) Ampliar os espaços de influência, e participação decisória da população, no que se ensina e se pesquisa na universidade, a fim de que sejam melhor resguardados seus interesses;
 - 4) Estabelecer uma modernização administrativa da universidade, orgânica e articulada com seus novos compromissos de ensino e pesquisa;
 - 5) ^{seu} Devolver uma gestão coletiva-orgânica-articulada entre as várias instâncias decisórias da universidade mas, destacando, de imediato, a Reitoria, Colegiados, Decanatos de Graduação, Extensão, Pesquisa e pós-Graduação e Administração.

Por último, quero dizer que historicamente, Renée Descartes afirmou "penso, logo existo". Dele e de outros que o antecederam ou precederam, vem a base do racionalismo ocidental, com consequências danosas para a vida da humanidade, tanto em países de tradição capitalista ou socialista. Creio que seja o momento de se afirmar: "sinto, logo existo" ou melhor "sinto e penso, logo existo". "Sentindo-pensando-fazendo" ou "pensando-sentindo-pensando" poder-se-á estar contribuindo com a nova civilização que chega e que pode ter em Brasília e na UnB um ponto de passagem, sustentação, concentração e irradiação de uma cadeia energética que jogue o mundo e a convivência humana para frente.

Creio que há uma nova aurora para a humanidade que surge no horizonte. E o exercício da sensibilidade humana permite senti-la, querê-la, desejá-la, estar nela e com ela.

E aqui no Planalto Central pleno de horizontes, é importante deixar a sensibilidade captar, incorporar e dar passagem a esta nova aurora, ao novo mundo que se anuncia, e à nova civilização que chega.